
*“Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”:
redes sociais, família e estratégias migratórias*

*“We left for the world for live better”:
social networks, family and migration strategies*

Maíra Ines Vendrame*




Resumo: Este artigo procura analisar, por meio das cartas trocadas entre imigrantes italianos e seus parentes que ficaram na Itália, as estratégias acionadas pelo grupo para garantir segurança e previsibilidade quanto às escolhas das famílias que decidiam se transferir para os núcleos de colonização no Rio Grande do Sul, no século XIX. A partir dos vínculos parentais e das solidariedades, foram constituídas redes de apoio, que ligavam os indivíduos de ambos os lados do Atlântico, direcionando um tipo específico de ocupação territorial e organização comunitária.

Palavras-chave: Família. Redes sociais. Imigração italiana.



Abstract: This article will examine, through the letters exchanged between the Italian immigrants and their relatives who stayed in Italy, the strategies used by the group to ensure certainty and predictability regarding the choices of families who choose to relocate to the state of Rio Grande do Sul in the nineteenth century. Through the links of solidarity and parental support networks were established that linked individuals, from both sides of the Atlantic, indicating a specific type of occupation and community organization.

Keywords: Family. Social Networks. Italian immigration.

* Doutoranda em História. Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: vricamaira@yahoo.com.br



A imigração italiana para os núcleos coloniais no Sul do Brasil, a partir de 1875, era composta, na sua maior parte, por famílias camponesas que procuravam adquirir sua própria terra, concretizando, assim, a vontade de se tornarem proprietários. Para compreender as escolhas dos imigrantes italianos, devemos estar atentos para o fato de que a sua ligação com a aldeia natal não deixou de existir quando decidiram partir. Essa conexão ocorria por meio de redes de solidariedade e parentesco, que mantinham com aqueles que não tinham deixado de exercer o papel de irmãos, pais e vizinhos mesmo residindo em terra distante.



Dessa forma, a imigração italiana para o Rio Grande do Sul não pode ser compreendida sem levar em conta essa ligação e esse relacionamento entre os que ficaram e os que partiram, pois, assim, poderemos entender as escolhas, os hábitos, as crenças e as relações de parentesco das famílias dos imigrantes que se fixaram em núcleos coloniais do território sul-rio-grandense. As correspondências dos imigrantes com seus parentes na Itália permitem entender a maneira como ocorreu a “grande emigração” para a América, já que, por meio delas, mantinham um circuito de contatos e trocas de notícias sobre diversas questões, que poderiam garantir com segurança e previsibilidade a sua transferência e instalação em terras brasileiras. Elas são uma fonte preciosa para indagar sobre a integração deles no país de acolhida, a estrutura familiar, os conflitos e a manutenção ou adaptação de valores tradicionais.¹ Mesmo sendo particulares e íntimas, as cartas assumiam uma importância pública como veículo de avisos, que reforçavam a ligação com a comunidade de origem, possibilitando, assim, a transferências de outros grupos de imigrantes.

Foi por meio das redes de comunicação organizadas e mantidas em ambos os lados do Atlântico que os emigrantes tomaram conhecimento dos recursos que poderiam ser encontrados no Brasil, de tal modo, como as informações, as garantias de acesso à terra, a disponibilidade de trabalho, as vantagens e os auxílios, que poderiam obter foram notícias frequentes que os já instalados enviaram aos seus conterrâneos. A manutenção desses contatos direcionou as ocupações nos núcleos coloniais e o surgimento de novas configurações sociais reforçadas pelas relações de solidariedade, pelas alianças e pela reciprocidade.

Assim, um dos mecanismos que possibilitou que os fluxos migratórios ganhassem maior proporção foi a união entre quem já se encontrava no Exterior e aqueles que na própria pátria tencionavam percorrer o mesmo




caminho. Esses contatos possibilitaram a formação de redes ao longo do qual circulavam informações diversas. Fundados sobre relações interpessoais estabelecidas nos locais de origem os indivíduos recorriam a essas ligações como um meio de emigrar de maneira mais segura, promovendo, desse modo, a formação de circuitos de transferência, que tinham como ponto de partida uma mesma comunidade e igual destino. (RAMELLA, 2001, p. 143, 150).

Considerando essa perspectiva, o conceito de cadeias migratórias tem sido usado em alguns estudos, que procuram analisar as ações e as estratégias dos emigrantes como responsáveis por articular a sua transferência via ligações com quem já havia passado por tal experiência. Foi por meio dessa cadeia que os imigrantes transmitiam informações e prestavam assistência aos familiares, parentes e antigos vizinhos que se encontravam na aldeia de origem. Desse modo, buscando recuperar a experiência vivida pelos sujeitos sociais, Devoto (1987, p. 356) afirma que “as cadeias migratórias parece prestar-se admiravelmente bem para uma reflexão que considera os migrantes não como massas inertes arrastadas pelas flutuações do capitalismo”, a exemplo do que acontecia nos modelos *pull/push*, mas como “sujeitos ativos capazes de formular estratégias de sobrevivência e readaptação em contextos de mudanças macroestruturais”.

Os emigrantes passaram a ser vistos como atores racionais, que perseguiram objetivos e acionavam recursos para garantir suas escolhas. As relações interpessoais e as cadeias organizaram a própria emigração, pois, por meio desses contatos, os indivíduos obtinham informação sobre o que consideravam mais seguro quanto aos locais de destino. Por outro lado, quando da chegada ao lugar do destino, as redes continuaram a desempenhar funções importantes na vida dos imigrantes: a preservação cultural e a manutenção de laços com aqueles que haviam permanecido na aldeia de origem. (DEVOTO, 1978).


Contatos entre os dois lados do Atlântico

A maneira e as condições das famílias camponesas que emigraram para os núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul foram variadas, uma vez que nem todas dispunham dos mesmos recursos. No entanto, suas opções podiam informar sobre as lógicas do mundo




camponês. Em algumas regiões da Itália, durante o século XIX, segundo Ramella (2001, p. 144-146), a emigração era uma oportunidade que ampliava as possibilidades de escolha das famílias, porém, os projetos que impulsionaram alguns indivíduos e até comunidades de emigrantes eram heterogêneos, sendo diversos também os personagens desse processo.

Muitos dos indivíduos e grupos, ao chegarem nas colônias, procuravam contar com os vínculos consolidados desde a pátria de origem ou estabelecidos durante sua transferência. As cartas trocadas entre os imigrantes e seus familiares da aldeia de origem, permitem analisar essa conexão entre os dois lados do Atlântico, uma vez que muitos haviam deixado, na pátria, mãe, pai, irmãos e também, em alguns casos, esposas e filhos. No decorrer do texto, analisam-se as informações presentes nas cartas enviadas pelo imigrante Paulo Rossato (29 anos). Ele chegou em dezembro de 1883, no Rio Grande do Sul, acompanhado de sua esposa Raquel Massignani (23 anos), e se estabeleceu na região colonial de Caxias do Sul.



Logo que aportou na no Sul do Brasil, Rossato passou a escrever sucessivas cartas para seus pais. Primeiramente, revelou como havia transcorrido a sua viagem, afirmando, na sequência, que por “800 mil réis uma colônia compramos, ficando uns próximos aos outros. Máximo e João compraram uma colônia; Gio Maria outra; Balarini e Meneguzzo outra; e a quarta comprei-a eu”. Para liquidar a dívida, tinham um prazo de dois anos sem juros;² Rossato e outros imigrantes optaram por comprar em conjunto terras de um proprietário particular, garantindo, assim, algum privilégio, como, por exemplo, a localização e a qualidade da propriedade. As redes de solidariedade e parentais – há tempos firmadas entre aqueles emigrantes – serviram de base para que novas relações de interdependência e reciprocidade fossem firmadas.

As notícias transmitidas deste lado do Atlântico, ou de lá para cá, demonstram muito mais que apenas a manutenção de vínculos entre os indivíduos de dois mundos, mas expressam valores, sentimentos e, principalmente, estratégias familiares. Semelhantemente às ações de Rossato, foram as do imigrante Gio Batta Mizzan e de outros três que chegaram com suas respectivas famílias em 1878, em Santa Maria da Boca do Monte. Próximos dessa cidade, estavam sendo demarcados lote que constituiriam o quarto núcleo de colonização italiana no Rio Grande do Sul. O imigrante Mizzan, ao escrever uma carta para seu irmão na Itália, também contou os detalhes da sua viagem, bem como a sua opção em não se instalar no núcleo colonial, mas em adquirir, juntamente








com outros “amigos Beluneses”, uma propriedade na qual poderiam contar com duas casas, bosque, campo, terras para cultivo, um cavalo, uma vaca, oito porcos, bois, galinhas, batatas, mandioca e muitos outros vegetais e grãos.

Segundo Gio Batta Mizzan, as casas poderiam abrigar duas famílias cada uma delas, por isso elaboraram o contrato todos juntos e, depois, dividiram em quatro partes iguais o que haviam comprado. Na visão do mesmo, o negócio realizado tinha sido “*un colpo de fortuna*”, pois o custo de tudo não tinha sido alto e “temos tanta terra que nem eu nem os meus filhos” conseguiremos trabalhar em toda ela.³ A compra coletiva da propriedade pelas quatro famílias é ressaltada por Mizzan como uma escolha vantajosa, ao invés de ter que esperar a demarcação de seus lotes coloniais, a derrubada do mato, a abertura de estradas e a construção das casas. Um dos mecanismos usados foi a agregação de algumas famílias para enfrentarem as dificuldades naquele período inicial de estabelecimento, organização e trabalho nas terras adquiridas. Por meio dos laços de parentesco e de amizade e da relação de reciprocidade, os imigrantes garantiam determinadas vantagens aos grupos envolvidos.

Porém, um investimento coletivo não era uma alternativa viável para muitos imigrantes, que se destinavam ao núcleo colonial próximo da cidade de Santa Maria da Boca do Monte, que passou a se chamar Colônia Silveira Martins. O imigrante Mizzan finaliza a sua carta afirmando que, após realizar a aquisição de sua propriedade, estava muito contente, uma vez que tanto no presente quanto no futuro, depois de sua morte, seus filhos poderiam residir e trabalhar em terras que lhes pertenciam. Certamente, possuir as próprias terras era garantia de um futuro estável às famílias, sendo esse um dos objetivos dos *contadini* que migraram para *fare la Merica*. Era por meio da terra que os indivíduos garantiam a sua subsistência.

Outras necessidades de consumo, como: roupas, habitação, ferramentas, animais, dote, casamentos e batismos eram indispensáveis para a manutenção do grupo. Assim, além dos recursos cotidianos imediatos, ligados ao desenvolvimento do ciclo familiar, outros eram importantes para possibilitar a conversação do *status* social do grupo e a sua própria reprodução. As relações entre as famílias convergiam para possibilitar que as necessidades de subsistência e reprodução fossem atendidas. Garantir aos descendentes a terra permitiria a conservação de uma posição e a manutenção de uma lógica de reprodução das estruturas familiares.






A “fortuna”, à qual o imigrante se referia, não era representada pelo valor dos produtos que a terra adquirida poderia fornecer, mas pela diversidade e quantidade de culturas, animais e plantas que a família dispunha para se manter. E a capacidade de autorreprodução era considerada um dos aspectos que garantia o sucesso da unidade camponesa de produção e consumo. Nesse sentido, era o trabalho coletivo que contribuía para que essa autonomia fosse alcançada.

Se algumas famílias se adaptaram ao novo ambiente, adotando o Brasil como sua pátria, outras tiveram dificuldades de conseguir realizar seus anseios e manter a subsistência de seus filhos. Os imigrantes não eram um grupo homogêneo, e a diversidade de trajetórias mostra o quanto os recursos financeiros e as opções para fazer determinadas escolhas foram desiguais aos indivíduos, que compartilhavam dos mesmos valores. Situações de imprevisibilidade, desilusões, dificuldades em se manter em núcleos coloniais no Rio Grande do Sul levaram algumas famílias a querer voltar para suas aldeias na Itália. Para conseguirem retornar, mobilizaram seus parentes e amigos na península, solicitando, em alguns casos, que recorressem às autoridades italianas e aos antigos padrões para que financiassem o seu retorno.

Dessa maneira, agiu o imigrante Antonio Basso. Desgostoso com o ambiente que havia encontrado na Colônia Silveira Martins, local em que havia chegado em 1888 com sua esposa e sete filhos – todos menores de 13 anos – enviou uma carta ao seu irmão na Itália. A esse solicitou que encontrasse alguém que pudesse escrever ao rei Vittorio Emanuele III para informar a situação de dificuldade pelo qual a sua família passava e, ao mesmo tempo, implorar para que lhe fosse concedida “a graça” de retornar gratuitamente para a sua terra natal. Argumentando a sua insatisfação, declarou não ter encontrado trabalho, estando toda a sua família doente e na miséria. Havia poucos meses que Antonio Basso se encontrava na Colônia Silveira Martins e, ao tomar conhecimento por meio de um comunicado do Padre Antonio Sorio – imigrante e agente consular –, que era possível obter apoio do rei para retornar à pátria, procurou obter tal transferência por meio de seus parentes na Itália. Não temos informações se o imigrante conseguiu o que estava buscando, porém, essa trajetória permite perceber que recorrer aos parentes era uma alternativa que podia ser usada por diferentes indivíduos e em situações variadas.

A manutenção dos vínculos parentais “ampliava radicalmente o espaços de escolhas e de movimento da família”, sendo um recurso



precioso para reduzir as dificuldades e oferecer suporte e proteção aos que ficavam e aos que partiam. Nesse sentido, uma parentela ampla, solidária e coesa (envolvida na emigração de algum de seus membros) parece ter sido a norma em áreas rurais da Itália onde predominava a pequena propriedade camponesa. Se, na sua maioria, os que emigravam eram carentes de bens materiais, por outro, podiam contar com seus recursos relacionais para elaborar estratégias individuais e familiares, mas essas, porém, deviam estar sintonizadas com as escolhas do grupo parental que, por sua vez, respondia ao indivíduo que detinha autoridade e poder sobre o conjunto de agregados. (RAMELLA, 2001, p. 158-160).

Portanto, a emigração se articulava em família, possibilitando que, por meio dos laços parentais – irmão, primos, tios – seguissem para a América e elaborassem estratégias coletivas, que lhes permitissem a própria continuidade da vivência camponesa. Os emigrantes formularam estratégias coletivas, pensando na transferência de grupos de famílias como uma forma mais segura de garantir a reconstrução das suas estruturas familiares e comunitárias nos locais de estabelecimento no Rio Grande do Sul.

“Com tinta do meu sangue”: informações aos familiares

Por meio das cartas enviadas aos pais, na Itália, o imigrante Paulo Rossato passava orientações de como esses deviam proceder com relação à sua transferência para o Sul do Brasil. Também convidava irmãos, tios e vizinhos para que emigrassem, pois ele se encarregaria de auxiliá-los reservando lotes de terras. A distância entre os indivíduos não impediu que os laços parentais e de alianças fossem acionados, e esses serviram de vínculo e recurso para oferecer suporte à transferência da própria parentela.

Nesse caso, cabe destacar o papel das redes sociais como responsáveis pela ocupação territorial de algumas famílias de imigrantes.⁴ A política empreendida por Rossato lhe conferiu domínio sobre os membros de sua família, pois dirigiu a transferência de vários indivíduos para a região onde havia se estabelecido, possibilitando, assim, a formação de pequenas comunidades ou a agregação familiar a partir de um tipo de povoação específica. Rossato estava empenhado em colocar em prática um projeto de toda a família, combinado antes da sua partida. Ao emigrar tinha dado o primeiro passo que iria permitir a transferência de seus familiares,

pois agia no sentido de ampliar os recursos de seu grupo. As decisões e opções que muitos imigrantes, como Paulo Rossato, tomaram em terras brasileiras faziam parte de um plano coletivo, que procurava garantir o maior número de vantagens para o grupo parental.

O mesmo imigrante também alertava seus familiares para que ficassem atentos para não serem enganados nos preparativos que envolvia a sua transferência para o Brasil, afirmando que “as cartas que lhes mando escrevo-as de minha consciência, e *com a tinta de meu sangue*. E se não é verdade aquilo que lhe digo, podem então tomar um revólver e matar-me”.⁵ Em quase todas as cartas reforça a ideia de que seus pais, irmãos, cunhados e tios deviam partir o quanto antes para junto dele. Ao escrever ao seu pai lhe informa reciprocidade.

Caro pai, você deveria ver que bela colônia compreil! Está bem colocada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdagno seria rico quem tivesse tanta madeira. Estou ansioso que venham meus irmãos e toda a família. Lá éramos servos, aqui somos senhores. Se pudessem ter vindo todos comigo, seríamos afortunados, e teríamos ganho muito dinheiro em pouco tempo. Mas espero que no próximo ano cheguem todos aqui. Tratem, porém, de vir o mais rápido possível. Se estivessem aqui no mês de agosto, ajudariam a fazer a colheita do milho. Depois meu pai e um outro ficariam na colônia, para construir a casa e cuidar do trabalho na terra, e os outros três iríamos para o trabalho na estrada. Se tivesse alguém em casa para cuidar da colônia, eu haveria de ir trabalhar na estrada e em três meses sobriariam 150 mil réis.⁶

Afirmava ainda ser necessária a presença de seus pais e irmãos para poderem pagar, dentro do tempo previsto, as terras que havia adquirido, dando a entender ser fundamental a colaboração de todos. E enquanto alguns trabalhariam no cultivo da propriedade, outros se envolveriam nas tarefas de construção da estrada de ferro, possibilitando rendas extras para liquidar as dívidas.⁷ Importante, naquele momento, era a cooperação de todos os membros da família de acordo com as funções que cada um poderia desempenhar, conforme a idade e o sexo.

Tão fundamental quanto a terra que havia adquirido era também contar com a força de trabalho dos pais e irmãos, pois a presença da família era necessária para o desenvolvimento de uma economia produtora de alimentos. Assim, a intensificação do trabalho e o aumento da produção dependiam diretamente da composição da família. Quanto



à colonização camponesa no Noroeste do Estado de Santa Catarina, entre os imigrantes italianos, Silva (2001, p. 145-147) afirma que o trabalho “duro e cansativo envolvia toda a família” nas atividades diárias e tarefas próprias do meio rural. As crianças, de acordo com a idade também desempenhavam algumas tarefas, auxiliando, principalmente, os adultos em serviços secundários, como tratar dos animais domésticos. Portanto, um dos períodos críticos da propriedade colonial foi aquele cuja família podia contar apenas com o trabalho do marido e da mulher, uma vez que os filhos eram pequenos.

Em vários momentos, Rossato lamentava ter partido da Itália sem a companhia dos pais e irmãos, assegurando que as características de sua família permitiriam que encontrassem uma “mina de ouro” no Brasil. Particularmente a sua mãe declarava ser necessária a presença da mesma na colônia, já que era “eficiente na criação de galinhas e porcos”. E segue mostrando-se descontente por saber que “ela se encontra sempre sob aqueles criminosos patrões, todos velhacos e ladrões”, que tem que trabalhar em terras arrendadas e pagar aluguel da casa.⁸ Para fugir dessa condição, deviam, então, partir, pois teriam sua própria terra.

Nesse sentido, a aquisição de uma propriedade possibilitava a própria sobrevivência e a manutenção das relações familiares. Na família camponesa, o trabalho era realizado por todos os membros, e o acesso à terra garantiu essa prática, sendo, enfim, a atividade coletiva responsável por assegurar não apenas a manutenção do grupo, mas também a sua reprodução social e cultural. Era a disponibilidade de trabalho, inclusive para a mãe, como vimos, que facilitaria a emigração das mulheres e de outros membros da família. A vinda para a América de um filho fazia parte de um projeto que incluía todos os componentes do grupo, independentemente do gênero e da idade, mas essa transferência devia ocorrer em momento oportuno, conforme as escolhas pretéritas da família.

O imigrante destacava a disponibilidade de serviços na construção e conservação de estradas públicas, assegurando ao pai que havia “trabalho suficiente, como também comida e bebida, sem maiores preocupações. E os patrões, deixamo-los na Itália”.⁹ Segundo suas orientações, os familiares deviam se organizar e partir

alegres, cantando, pois não convém que vocês partam chorando: não tenham medo de deixar amigos que são inimigos. Aqui vocês encontrarão amigos e alegria à vontade, temos comida à fartura para



você e, dentro de dois anos, também bebida. E a mãe não fique ouvindo seus irmãos a dizer que lamentam que seu sangue vá pelo mundo: *nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor*.¹⁰

Quanto aos inimigos, Rossato os identificava como sendo “os patrões”, ou seja, seus antigos senhores e proprietários de terras, nas quais os *contadini* trabalhavam na Itália. Seu argumento era pela busca de autonomia e liberdade, principalmente nos momentos em que convidava seus familiares a emigrarem, uma vez que somente assim poderiam conquistar o *status* social almejado. Por meio de algumas frases, pode-se compreender o que de forma geral mobilizava e causava o protesto dos *contadini* italianos. A expressão “lá éramos servos, aqui somos senhores” traduz sua opinião e, provavelmente, a ideia que motivou muitos indivíduos a abandonarem suas aldeias para melhorar sua condição de vida, tornando-se proprietários. (VENDRAME, 2007). As notícias de disponibilidade de terra, de trabalho e de acesso a recursos diversos foram alguns dos fatores, que estimularam os imigrantes a se organizarem para migrar para o Sul do Brasil.

O próprio processo emigratório possibilitava que os indivíduos, por meio de suas redes de informações e contato, procurassem obter benefícios. Entendemos que os *contadini* italianos agiram de forma variada a partir de orientações valorativas, morais e costumeiras para conseguirem colocar em prática suas estratégias familiares de sobrevivência. O imigrante Paulo Rossato agia como líder do seu grupo familiar, passando a tomar decisões e delegando orientações. Tudo devia ser feito para que o investimento na América não fracassasse, permitindo a posse da terra e a manutenção de um modo de vida camponês. Ela representava muito mais que um meio de subsistência, uma vez que garantia posição e atributos morais aos indivíduos.¹¹

Nesse sentido, a terra era uma garantia de segurança, poder e *status* social para o grupo e seus herdeiros. Já a lógica coletiva do trabalho, dos lucros, da terra, das dificuldades e dos investimentos exprimia uma estratégia própria de manutenção e reprodução das famílias camponesas. Através das informações trocadas entre os indivíduos, percebe-se a presença de toda uma experiência camponesa que determinava o procedimento que os imigrantes deviam ter com relação ao trabalho com a terra, número de trabalhadores e atividades femininas.




Considerações finais

As cartas permitem analisar as relações familiares, os laços de parentesco, as estratégias de sobrevivência, as formas de agregação comunitária e a relação com a terra entre os imigrantes italianos que se estabeleceram em regiões de colonização no Sul do Brasil. Foram as associações familiares e a solidariedade elementos estratégicos para garantir certa segurança quanto à transferência de parentes para a América, bem como sua organização e sobrevivência nas novas terras. As redes de informações e favores que as famílias mantiveram entre os dois lados do Atlântico reservaram às mesmas um maior número de recursos para sua sobrevivência como camponeses.

Os laços de parentesco, por meio dos quais se estabeleciam relações de reciprocidade, solidariedade e auxílio mútuo, requeridos pelos emigrantes faziam parte de um projeto coletivo, que privilegiava a transferência de um amplo grupo por meio das redes que ligavam o local de origem ao de recepção. Nesse novo espaço, a parentela tem uma função agregativa, ditando as formas de distribuição da terra, a organização da comunidade e a reprodução do grupo. As escolhas quanto às migrações, à aquisição e ao estabelecimento nos núcleos coloniais podem ser avaliadas a partir de direitos e valores compartilhados pelos imigrantes.



A partir de uma abordagem que destaque o papel das lógicas familiares de organização e produção, procura-se seguir a questão da estrutura das comunidades e suas formas de mediação com a sociedade mais ampla. Trata-se de destacar o próprio papel das famílias e o protagonismo das comunidades no processo de construção do Estado republicano nas regiões de colonização no Rio Grande do Sul. Os ciclos de vida familiar colocam as questões relacionadas ao “mercado da terra”, a produção agrícola, investimento de trabalho, ritos e atividades religiosas no centro da economia das famílias camponesas, tendo, portanto, um papel fundamental na estruturação social das comunidades.

Nos núcleos coloniais formaram-se pequenas comunidades a partir do estabelecimento de famílias, que trouxeram toda uma experiência camponesa do seu país de origem. Assentadas sob o trabalho familiar na pequena propriedade, as comunidades foram se constituindo, procurando garantir sua lógica de organização e equilíbrio ante os controles fiscal e militar do Estado. Quanto a essa instituição, para que ocorresse uma regulamentação da “ordem social local”, as obrigações por parte das



“unidades domésticas” deviam ser sentidas como “trocas equilibradas” com as instâncias de controle.

Assim, percebe-se o desempenho das famílias e sua atuação como perspectiva de análise diante do controle das estâncias externas, procurando reconstruir a estrutura das relações sociais nos diversos níveis locais até a sociedade mais ampla. As escolhas dos camponeses têm sempre um significado cultural compartilhado pelo grupo, por mais que cada indivíduo tenha recursos variados. Desse modo, as instâncias referidas, como família: comunidade e Estado, devem ser estudadas de forma complementar, destacando, portanto, o papel dinâmico da primeira em se articular com a parentela local a associação de indivíduos e partidos, criando hierarquias, formas de integração e mediação. (GRENDI, 1978, p. 109-119). É num ambiente diferente, não mais na Itália, que os imigrantes italianos traçarão suas estratégias de sobrevivência, reafirmando ou modificando normas, valores e crenças em relação aos diversos aspectos da vida familiar e comunitária.



Notas

¹ Vários estudiosos italianos utilizam as cartas como fontes privilegiadas para analisar as escolhas dos imigrantes e a cultura camponesa dos italianos. (CIBELLI; CAFFARENA, 2001; FANZINA, 1981; 2000; RAMELLA, 2001; TETI, 2001).

² Carta de Paulo Rossato aos pais, escrita em 17 de fevereiro de 1884. (DE BONI, 1977, p. 31).

³ Carta de Gio Batta Mizzan ao irmão, escrita em 17 de março de 1878. (FRANZINA, 1994, p. 81-83).

⁴ Segundo Grendi (1978, p. 71-72), os deslocamentos para novas terras podem ser entendidos a partir das relações sociais, destacando, assim, a parentela e a reciprocidade como vínculos de integração entre as famílias. Esses laços garantem uma série de ações estruturadas e comportamentos esperados.

⁵ Carta de Paulo Rossato ao pai, escrita em 22 de junho de 1884. (DE BONI, 1977, p. 53).

⁶ Carta de Paulo Rossato ao pai, escrita em 24 de abril de 1884. (DE BONI, 1977, p. 35).

⁷ Carta de Paulo Rossato aos pais, escrita em 17 de fevereiro de 1884. (DE BONI, 1977, p. 31-34).

⁸ Carta de Paulo Rossato aos pais, escrita em 7 de maio de 1884. (DE BONI, 1977, p. 41).

⁹ Carta de Paulo Rossato ao pai, escrita em 7 de maio de 1884. (DE BONI, 1977, p. 39-41).

¹⁰ Carta de Paulo Rossato ao pai, escrita em 22 de junho de 1884. (DE BONI, 1977, p. 50).

¹¹ Woortmann (1995), ao estudar os colonos alemães no Sul do Brasil, defende a ideia de que a terra tinha um valor moral para os imigrantes europeus que se estabeleceram no Sul do Brasil, no fim do século XIX.

Recebido em 29 de junho de 2006 e aprovado em 25 de agosto de 2010.

Referências

- CIBELLI, Antonio; CAFFARENA, Fabio. Le lettere degli emigranti. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- DE BONI, Luis Alberto (Org.). *La Mérica*: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: EST, 1977.
- DEVOTO, Fernando. Las catenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Studi Emigrazione*, v. XXIV, n. 87, p. 356, 1987.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica!* Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902. Verona: Cierre Edizioni, 1994.
- FRANZINA, Emilio. Frammenti di cultura contadina nelle lettere degli emigranti. *Movimento Operário e Socialista*, n. 1, v. 2, p. 49-75, 1981.
- GRENDI, Edoardo. *Polanyi: dall' antropologia economica alla microanalise storica*. Milão: Etas Libri, 1978.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglia e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143, 150.
- SILVA, Marilda R. G. Checcucci Gonçalves da. *Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí*. Campinas: Ed. da FURB; Ed. da Unicamp, 2001.
- TETI, Vito. Emigrazione, alimentazione, cultura popolari. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- VENDRAME, Máira. I. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins: 1877-1914*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da UnB, 1995.

Recebido em 16 de junho de 2010 e aprovado em 25 de agosto de 2010.